

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ACÓRDÃO TRT/1ª T/

RO 01066-2004-117-08-00-5

RECORRENTE: FRIGORÍFICO MARABÁ

Advogado: Dr. Haroldo Gaia Para

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procurador: Fábio Massahiro Kosaka

RECORRIDOS: OS MESMOS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - DESRESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO - ACIDENTE DE TRABALHO QUE CAUSOU A MORTE DE EMPREGADO - CARACTERIZAÇÃO. É o empregador o responsável pela instalação de dispositivos de segurança que assegure ao trabalhador, operador de máquina, segurança ao operá-la, o que, segundo se mostrou nos autos, não foi observado pela empresa, nada obstante o contido no art. 184 da CLT. Ainda que a máquina seja regularmente comercializada, tem o empregador a obrigação legal de proporcionar segurança e saúde no trabalho aos empregados, de maneira que foi a responsável pelo acidente que acarretou a morte de um dos seus operários, pelo que **é devida indenização por dano moral coletivo**, como postulado pelo MPT.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **recurso ordinário**, oriundos da MM. 1ª Vara do Trabalho de Marabá, em que figuram como partes **recorrentes** o Ministério Público do Trabalho e Frigorífico Marabá e, como recorridos, os mesmos.

A MM. Vara de origem, consoante sentença de fls. 513/37, depois de rejeitar as preliminares de incompetência material, de ilegitimidade de parte e de impossibilidade jurídica do pedidos, decidiu, no mérito, pela procedência, em parte, da ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho para determinar, inclusive liminarmente, que o réu instale dispositivos de segurança nas máquinas de centrifugação e lavadeiras, sob pena de pagamento da multa de R\$ 5.000,00, bem como deferir o pedido de indenização por dano moral coletivo em R\$ 100.000,00.

O recorrente Frigorífico Marabá Ltda. interpôs recurso ordinário, razões de fls. 541/559, renovando as preliminares de incompetência material da Justiça do Trabalho, de ilegitimidade ativa do MPT e de impossibilidade jurídica do pedido, sendo que, no mérito, pugnou pela reforma integral da sentença, a fim de que seja afastada a obrigação de fazer e a condenação em indenização por anos morais.

O autor, Ministério Público do Trabalho, opôs embargos de declaração, razões de fls. 570/572, alegando existir omissão na decisão, acolhidos pelo MM. Juízo de origem, que, suprimindo a omissão existente, indeferiu o pedido para que fossem instalados equipamentos de segurança em todas as máquinas, exceto aquelas já referidas na sentença.

O *Parquet*, inconformado, interpôs recurso ordinário, consoante as razões de fls. 604/617, requerendo o aumento do valor da indenização por dano moral e que a reclamada seja compelida a instalar, em todas as máquinas, equipamentos de segurança.

As partes apresentaram contra-razões, as do réu anexadas às fls. 619/29 e, as do autor, anexadas às fls. 590/603.

Por ser autor da presente ação, deixei de encaminhar os autos ao Ministério Público do Trabalho para elaboração de parecer.

É O RELATÓRIO:

I - Conhecimento:

Conheço de ambos os recursos, porque atendidos os pressupostos de admissibilidade.

1) recurso do reclamado Frigorífico Marabá Ltda

Examino, inicialmente, o recurso do requerido, por ser mais abrangente e diretamente prejudicial ao recurso interposto pelo Ministério Público do Trabalho.

a) preliminar de incompetência material da Justiça do Trabalho

Sustenta, o recorrente, a incompetência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar ações relativas a dano moral e material decorrente de acidente de trabalho, não obstante o *Parquet* tenha fundamentado a presente ação no descumprimento de normas atinentes à segurança dos trabalhadores, indistintamente considerados, sem que fizesse referência de que a ação tivesse a intenção de reparar dano decorrente de acidente de trabalho.

Segundo o recorrente a ação proposta teria tido o mesmo fundamento da reclamação trabalhista por dano moral e material ajuizado pelo espólio de Paulo André Neves Ferreira, que teve como causa de pedir, relativo ao pedido de indenização por dano moral, o acidente ocorrido com o antigo empregado, que acabou falecendo, além do que, acrescentou, que o autor não teria especificado qual a norma desrespeitada, uma vez que o citado art. 184 da CLT, que trata sobre dispositivos de segurança em máquinas e equipamentos, diria respeito à terceiros, ou seja, norma dirigida ao fabricante ou ao fornecedor de modo geral.

Não possui razão o recorrente.

Ainda que a ação versasse exclusivamente sobre indenização por dano moral decorrente de acidente de trabalho, o que não é o caso, pois aqui o *parquet* pretende também que a empresa seja condenada a implementar mecanismos de segurança nas máquinas para evitar risco de acidente, é verdade que até pouco tempo, antes do advento da Emenda Constitucional n.º 45/04, muito se discutia sobre a competência para processar e julgar pedido de indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho, nada obstante sempre tenha me posicionado pela competência

desta Justiça, todavia a discussão tornou-se estéril em razão de recente decisão proferida pelo STF, *in verbis*:

"O Tribunal, por unanimidade, conheceu do conflito e definiu a competência da justiça trabalhista a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, para julgamento das ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente do trabalho, vencido, no caso, o Senhor Ministro Marco Aurélio, na medida em que não estabelecia a edição da emenda constitucional como marco temporal para competência da justiça trabalhista. Plenário, 29.06.2005. (CC Nr. 7204. RELATOR: Min. CARLOS BRITTO , DJ. 03.08.2005)

Outrossim, não se cogita aqui de ação acidentária, aquela movida contra o órgão previdenciário, cujo exame persiste com a Justiça Estadual.

Por fim, acrescento que o fato do espólio do ex-empregado acidentado ter movido ação, postulando indenização por dano moral, não inviabiliza o deferimento, se for o caso, de indenização por dano moral coletivo, para compensar o sentimento coletivo agredido pela conduta da empresa, que não se confunde com aquele vivenciado pelos familiares do empregado falecido.

Assim, rejeito a preliminar.

b) ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho:

Argumenta que o *Parquet* não teria legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública para buscar reparação de direito individual, sobretudo porque o acidente vitimou apenas uma pessoa, o ex-empregado, e não a coletividade.

Acrescentou que o relatório de acidente de trabalho (fls. 48/52) aponta não ter ocorrido desrespeito às normas de segurança, a exceção do item 4.8, não obstante esse item tenha se originado de posição pessoal do Sr. auditor fiscal, sem vinculação a qualquer critério técnico, sobretudo porque o auditor ainda não havia periciado máquina igual à centrífuga do mesmo modelo e fabricante utilizada na empresa.

Não tem razão o recorrente.

Ressalto que o pedido do *Parquet* não se volta a atender direito individual e sim coletivo, exatamente porque a conduta da empresa, que acabou ocasionando o acidente que vitimou o empregado, teria, na tese defendida pela exordial, ofendido sentimento de toda a coletividade.

O próprio dispositivo invocado pelo recorrente evidencia a legitimidade ativa do MPT, pois aqui, repito, não se está perseguindo direito individual.

Sobre o respeito às normas de segurança das máquinas e dos equipamentos é matéria de mérito e assim será examinada.

A ação, além do pedido de dano moral coletivo, busca a adoção de medidas de proteção aos trabalhadores pela empresa, fundamentando o pleito nas normas de segurança e medicina do trabalho previstas no Capítulo V, do Título II da CLT e, portanto, a legitimidade do *Parquet* se firma em razão da lesão estar vinculada ao interesse coletivo de todos os que trabalham na empresa.

Com efeito, nos termos do art. 1º, IV da lei nº 7.347/85 é a ação civil pública o instrumento próprio, adequado, a buscar a reparação de interesses coletivos que estão plenamente caracterizados no presente feito, sendo legítimo para tanto o Ministério Público do Trabalho para a propositura da ação, nos termos do art. 129, III da CF/1988 c/c o art. 83 da Lei Complementar n.º 75/83.

Rejeito a preliminar.

c) impossibilidade jurídica do pedido

Aqui o recorrente requer seja renovado o exame da preliminar, suscitada de ofício pelo juízo de origem, porém, ao final, rejeitada.

Entendo que a matéria está devolvida com o recurso, razão pela qual a examinarei.

A sentença, ao examinar a preliminar, sob o fundamento de que a requerida, aqui recorrente, teria deduzido alegação de que houvera pronunciamento anterior do mesmo juízo, a quando da análise da ação movida pelo espólio do ex-empregado, que resultou

na sua improcedência, da ação individual, entendeu que deveria, de ofício, resolver a questão e assim o fez, rejeitando-a, sobretudo porque as ações não se confundiriam.

A matéria já foi enfrentada através das razões que já manifestei linhas acima, insistindo que uma ação, a do espólio, não se confunde com a outra, esta que é movida pelo MPT.

Sequer se pode falar em coisa julgada em razão da decisão anterior, haja vista que falta a tríplice identidade, além do que, mesmo abstraindo esse argumento, por hipótese, o que transitou em julgado, na ação movida pelo espólio, foi o indeferimento do pedido de indenização por dano moral, sobretudo porque os motivos e a verdade dos fatos, mesmo que importantes para o desfecho da causa, não fazem coisa julgada, nos termos do art. 469 do CPC

Rejeito a preliminar.

2) mérito

Sustenta, a recorrente, que a decisão merece ser reformada, pois a própria sentença, proferida nos autos do processo 655/2003-6 da 1ª Vara do Trabalho de Marabá, ajuizada pelo espólio do empregado falecido, reconheceu não ter culpa ou dolo da empresa pelo acidente que vitimou o empregado, razão pela qual não poderia, mesmo que em sede de ação civil pública.

Argumentou que a máquina centrífuga, de fácil manuseio, foi corretamente instalada, inclusive sendo ministrado treinamento aos empregados que a operam, possuindo apenas uma recomendação, a de que não seja aberto o tampo quando em funcionamento.

Informou que o fabricante comunicou que o único acidente fatal, no manuseio da máquina, registrado foi o ocorrido com o ex-empregado, contudo não por culpa da empresa e sim por imprudência do ex-empregado.

Acrescentou que não caberia instalar dispositivos de segurança na máquina, sob pena de modificar sua originalidade, pois não é a empresa que a fabrica e sim mera consumidora do produto, o que impossibilitaria a aplicação do art. 184 da CLT, haja vista que a regra ali prevista dirige-se aos fabricantes e fornecedores do equipamento.

Alegou, ainda, que o referido equipamento em tudo obedeceu a NR 12 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, mais precisamente o item 12.2.1, alíneas *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, inclusive porque adota todas as medidas de proteção e prevenção contra acidentes, com a implantação dos Programa de Prevenção contra Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

Analiso.

Mencionou, o *Parquet*, na peça de ingresso, ter ocorrido acidente de trabalho em máquina centrífuga existente na empresa, que acabou vitimando empregado, ao puxá-lo pelo braço quando foi abrir a tampa da máquina, conforme registrou auditor fiscal de trabalho.

Acrescentou que o acidente teria sido evitado caso a empresa tivesse instalado equipamento de proteção que impedisse a abertura da tampa da centrífuga, enquanto o tambor estivesse em movimento, ou que parasse o tambor, tão logo fosse aberta a tampa.

Informou, ainda, que a empresa não teria emitido ordens escritas sobre segurança e medicina do trabalho, aliás, nem mesmo depois do acidente teria instalado os mecanismos de segurança, pelo contrário reafirmou, a empresa, de que não lhe caberia instalar esses equipamentos.

Argumentou que não se poderia isentar o empregador das obrigações que lhe são impostas pelos arts. 184 e 185 da CLT ainda que a máquina seja comercializada regularmente, haja vista que lhe compete, na condição de empregadora, zelar pela segurança e saúde no trabalho, adotando procedimentos que visem eliminar os riscos inerentes à atividade desenvolvida na fábrica.

Assim, pediu, inclusive liminarmente, a imediata interdição dos equipamentos e máquinas que não possuam os dispositivos de segurança, sob pena de multa de R\$ 10.000,00, bem como que seja adotada nas máquinas e equipamentos, entre eles as centrífugas, de dispositivo que impeça a abertura de tampas, durante seu funcionamento, permitindo apenas na parada total da máquina, sob pena de multa não inferior a R\$100.000,00, além do pagamento de R\$ 250.000,00 por indenização por dano moral coletivo, a ser revertida ao FAT.

Correta a decisão de 1º grau, que concluiu pelo reconhecimento da culpa da empresa, sobretudo porque não instalou equipamentos de segurança em suas máquinas, como manda o art. 184 da CLT.

Diz o referido dispositivo, *in verbis*:

“As máquinas e os equipamentos deverão ser dotados de dispositivos de partida e parada e outros que se fizerem necessários para a prevenção de acidentes do trabalho, especialmente quanto ao risco de acionamento accidental.”

Ora, restou incontroverso nos autos que o empregado, ao ter que abrir a tampa da máquina centrífuga, acabou laçado pela borracha, que acabou por puxá-lo para dentro, ocasionando sua morte, todavia, não há como negar, que esse evento poderia ter sido evitado, para isso bastaria a empresa instalar equipamento de segurança, impedindo, por exemplo, que a máquina continue em funcionamento com a tampa aberta, como, aliás, acontece com as máquinas de lavar domésticas.

Não me convenço da isenção da responsabilidade da empresa por ter adquirido máquina que é comercializada regularmente, pois isso, insisto, não lhe impediria que instalasse o equipamento de proteção, como manda claramente o art. 184 da CLT.

O preposto da empresa, em depoimento, declarou que *a empresa tem ciência do risco que a máquina causa em operação, tanto é que contratou especialistas, acreditando que se trata de pessoas enviadas pela fábrica.*

Creio irrelevante que a empresa tenha ministrado treinamento para que a máquina fosse operada, haja vista que a sua responsabilidade, pela não instalação dos equipamentos de proteção, já se justificaria.

Ainda que assim não fosse, o que trago apenas como argumento, observo que o preposto da empresa, em depoimento, declarou que *no caso de ser contratado um novo funcionário para trabalhar na máquina, o mesmo será treinado para manuseá-la pelo funcionário anterior, que tem conhecimento do funcionamento da máquina*, ou seja, deixou claro que de treinamento não se cuida, quando muito mero repasse de noções básicas, inclusive por empregado que, por certo, não era a pessoa mais autorizada para treinar alguém.

A respeito da alegação, da recorrente, de que não poderia instalar dispositivos de segurança porque iria descaracterizar o equipamento, além de ser, essa instalação, de responsabilidade do fabricante, melhor sorte não tem.

Primeiro, porque, ainda que seja a destinatário final do produto industrial, é a responsável pela disponibilização de equipamentos sempre seguros aos seus empregados, pois, repito, é sua obrigação zelar pela efetiva observância das normas de segurança e saúde no trabalho.

Segundo, porque não me convenço de que a máquina estaria descaracterizada com a instalação do equipamento, pois continuaria, por certo, a operar do mesmo jeito, todavia, assim, com mais segurança aos seus operários.

É verdade que a decisão pode não inibir a comercialização das máquinas, até porque não é essa a pretensão ministerial, todavia, por certo, servirá para que a empresa não mantenha máquinas desse tipo em sua fábrica.

O próprio recorrente reforça o entendimento de que o equipamento não era seguro, ao fazer referência à informação prestada pelo Comitê Brasileiro de Máquinas e Equipamentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de que a NBR 11758:1979 estabelecendo regra, para as centrífugas industriais, de que devam estar

dotadas de dispositivo que somente permitam movimentar o cilindro se o tampo estiver fechado, ou que o interrompa, se estiver aberto.

O laudo produzido pelo auditor fiscal, de fls. 219/24, concluiu que o acidente de trabalho teria sido evitado se houvesse dispositivos que impedissem a abertura da tampa da centrífuga quanto o tambor estivesse em movimento, ou que o parasse tão logo fosse aberta, o que só confirma as regras da ABNT.

A elaboração do PCMSO e do PPRA pela empresa não lhe desonera da obrigação, até porque ambos silenciaram sobre a possibilidade de acontecer acidente que acarretou a morte do trabalhador, o que mostra a incoerência dos respectivos programas.

Desta forma, nego provimento ao recurso ordinário da empresa, por restar caracterizada a sua culpa, sobretudo por não ter cumprido o disposto no art. 184 da CLT.

2) Recurso do Ministério Público.

a) Valor da Indenização por dano moral

Insurge-se, inicialmente, o Parquet com relação ao valor arbitrado a título de indenização por dano moral coletivo, pois não se conforma com a decisão que a fixou em R\$100.000,00.

Sustenta que o Poder Judiciário não pode abrandar as condenações por dano moral, sobretudo pelo seu cunho pedagógico, inclusive para repercutir em outras empresa que estejam cometendo mesmo ilícito.

Analiso.

Não discuto mais a obrigação da empresa de reparar o dano causado, haja vista já ter examinado a matéria a quando do exame do seu recurso, uma vez que sua conduta revelou potencial lesivo ao patrimônio imaterial da comunidade, até porque, não há como negar, que a morte de uma pessoa causa sofrimento, dor, constrangimento, de modo que o valor da indenização deva ser majorado, senão vejamos.

A fixação do *quantum* deve ter dupla finalidade: a) a de compensar a lesão sofrida, ainda que de âmbito imaterial e mesmo que não seja possível mensurar a dor e b) a de impor certa regra de conduta ao infrator, para que, doravante, não mais atue de igual maneira, sobretudo quando está em discussão norma de segurança e saúde no trabalho.

Há de ser levado em consideração, também, a gravidade da lesão e a capacidade econômica do ofensor, até para que não se fixe valor infimo que não sirva para atingir a dupla finalidade acima referida.

Na hipótese dos autos, a gravidade da lesão resta indubitosa, até porque o acidente ocasionou a morte de um trabalhador, eliminando sonhos, expectativas, desejos, enfim encerrando prematuramente tudo aquilo que se projetou para o futuro.

Por outro lado, a capacidade econômica da empresa não justifica o valor fixado pela sentença, razão pela qual, por tudo o que foi exposto, reformo a decisão para aumentar o valor da condenação por dano moral coletivo para R\$ 250.000,00, como postulou o autor.

b) instalação de dispositivos de segurança nas máquinas e equipamentos

Também se insurge, o *Parquet*, contra a decisão que indeferiu o pedido para que a empresa instale em todas as máquinas, dentre elas as centrífugas e lavadoras, dispositivos que permitam a abertura somente após a parada total da máquina, sob pena de pagar multa de R\$ 100.000,00 por cada vez que se constatar o descumprimento das obrigações impostas.

O MM. Juízo “a quo” indeferiu o pleito sob fundamento de que não seria razoável, nem legalmente exigível, o deferimento do pedido, pois, com base nas provas colhidas, apenas a centrífuga industrial que apresentou problema, pelo que não seria razoável acolher a pretensão genérica de instalação de dispositivos em “todas as máquinas e equipamentos”.

Mais uma vez tem razão o *Parquet* trabalhista.

Ora, a regra do art. 184 da CLT é aplicável a toda e qualquer máquina e não apenas àquela que causou o acidente, até porque não seria razoável se esperar um novo infortúnio para que a empresa fosse obrigada a instalar o dispositivo de segurança.

Dessa maneira, reformo a sentença para deferir a pretensão, a fim de que a empresa instale em todas as máquinas dispositivos de parada que impeçam o funcionamento da máquina com a tampa aberta, sob pena, caso não seja cumprida, de pagar multa de R\$ 100.000,00 por cada evento constatado.

Ante o exposto, conheço dos recursos, rejeito as preliminares suscitadas pela empresa requerida e, no mérito, nego provimento ao recurso por ela interposto e dou provimento ao do *Parquet*, para majorar a indenização fixada a título de indenização por dano moral coletivo para R\$ 250.000,00, bem como obrigar que a empresa instale dispositivos de segurança em todas as máquinas, aí incluídas as centrífugas, que impeçam o funcionamento com a tampa aberta, sob pena, caso assim não proceda, de pagar multa de R\$ 100.000,00 a cada constatação do descumprimento, tudo nos termos da fundamentação. As custas são aumentadas para R\$ 5.000,00, em razão da majoração da condeação, agora calculadas sobre R\$ 250.000,00.

ISTO POSTO,

DECIDEM OS DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO DA EGRÉGIA 1ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, À UNANIMIDADE, CONHECER DOS RECURSOS; REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS PELA EMPRESA REQUERIDA, AINDA SEM DIVERGÊNCIA, E, NO MÉRITO, TAMBÉM POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA EMPRESA E DAR PROVIMENTO AO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA, REFORMANDO A SENTENÇA, MAJORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO E DETERMINAR QUE A EMPRESA CUMPRA OBRIGAÇÃO DE FAZER, INSTALANDO DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA QUE IMPEÇAM O FUNCIONAMENTO DE TODAS AS MÁQUINAS, INCLUSIVE AS CENTRÍFUGAS, COM A TAMPA ABERTA, SOB PENA DE PAGAR MULTA DE R\$ 100.000,00. TUDO CONFORME OS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. AS CUSTAS

SÃO FIXADAS EM R\$ 5.000,00, AGORA CALCULADAS SOBRE R\$ 250.000,00 E PELA EMPRESA REQUERIDA.

Sala de Sessões da **1ª Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**. Belém, 21 de fevereiro de 2.006.

Desembargador Federal do Trabalho Marcus Losada - Relator

Ciente

Ministério Público do Trabalho